

Luta Socialista

Edição nº 11 • 25 de Agosto de 2016
CONTRIBUIÇÃO: R\$ 3,00 - SOLIDÁRIO: R\$ 5,00



Luta Socialista
Tendência Interna do PSOL



Por um governo verdadeiramente dos trabalhadores, sem patrões, sem corruptos e burocratas sindicais.

DERROTAR O GOVERNO TEMER, A REFORMA TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA E O PLP 257/16 NAS RUAS E NAS URNAS!



**ELEIÇÕES 2016:
VOTE NOS CANDIDATOS DO PSOL**

■ Como localizar:



- SÃO PAULO**
 Capital: Alex Fernandes (11) 99928-2295
 e-mail: alexalcazarf@gmail.com

 Guarulhos: Alexandre (11) 98745-5050
 e-mail: accosta74@yahoo.com.br

 S. J. dos Campos: Wellington Cabral (12) 99653-1871
 e-mail: cabralquimico@ig.com.br
 e Emanuelle Nery (12) 99629-7184
 e-mail: emanuelneryn@gmail.com

 Jacareí: Suzete Chaffin (12) 99703-1575
 e-mail: suzetchaffin@gmail.com

 Taboão da Serra:
 Sérgio Brito (11) 98470-8930
 e-mail: sbg2205@yahoo.com.br
- MINAS GERAIS**
 Belo Horizonte: Rubens (31) 99389-5633
 e-mail: rubytey@yahoo.com
- RIO DE JANEIRO**
 Niterói: Izabel Firmino (21) 98310-1900
 e-mail: izabelfirmino50@gmail.com
 e Sandra Guizan (21) 992083154
 e-mail: sguizan@gmail.com
- DISTRITO FEDERAL**
 Brasília: Ângelo Balbino (61) 8289-3258
 e-mail: angelobalbino@bol.com.br
- TOCANTINS**
 Município de Pedro Afonso:
 Luis Alberto (63) 9973-9214
 e-mail: lmacedocarvalho@gmail.com
- MATO GROSSO**
 Município de Cáceres:
 Matheus Pontes (65) 9648-8413
 e-mail: matheus_catalao@hotmail.com
- PARÁ**
 Belém: Tv. Curuzu nº 1598, Marco (91) 2121-9008 e 98146-9500
 e-mail: lutasocialista@yahoo.com.br

 Baião: Reginaldo Reis - (91) 98715-3143
 e-mail: reginaldoreisbaiao@yahoo.com.br

 Concórdia do Pará
 Paulo Sérgio - (91) 98136-7126
 e-mail: paulosergio@psol.com.br

 Bujaru - Elvis Santiago (91) 99628-3878
 e-mail: proinfo.elvis@gmail.com
- AMAPÁ**
 Macapá:
 Cássia Evangelista (96) 98106-4684
 e-mail: cassiacerese@hotmail.com
- AMAZONAS**
 Manaus: Afonso Modesto (92) 98231-0035
 e-mail: afonso02meireles@hotmail.com
- PERNAMBUCO**
 Recife: Hálisson Tenório (81) 98558-1008
 e-mail: halisson_tenorio@yahoo.com.br



Publicações
Luta Socialista

Organizar a indignação do povo pobre e trabalhador contra o ajuste fiscal e as reformas da previdência e trabalhista

AJUSTE ECONÔMICO É IGUAL A DESEMPREGO, RETIRADA DE DIREITOS, FIM DAS APOSENTADORIAS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Nós trabalhadores(as) não paramos de produzir bens e serviços, isto é o que movimentamos a economia. Mesmo quando estamos desempregados fazemos “bico” para sustentar nossas famílias, com isso seguimos consumindo mercadorias, pagando contas de água, luz, IPTU, etc... nas quais estão embutidos vários impostos que são receitas que o país, estados e municípios tem a obrigação de investir em serviços públicos.

As reformas, trabalhista e previdenciária, anunciadas por Temer/PMDB, continuidade do governo Dilma/PT, são apoiadas por todos os políticos envolvidos na lava-jato. Os políticos do PSOL são contrários a essas reformas e medidas que beneficiam os ricos e não os trabalhadores que farão aumentar a crise:

DESEMPREGO: Continuará crescendo já que a jornada de trabalho poderá aumentar. Não à toa o presidente da Confederação Nacional das Indústrias falou em ampliar a jornada de 44 para 80 horas semanais. O único benefício seria para o patrão, já que aumentaria a jornada de trabalho, mas não o salário. Outro fator que tende a aumentar o desemprego é o fim da multa de 40% e dos valores de depósitos do FGTS.

QUEDA NO CONSUMO, INFLAÇÃO E BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO: A proposta de reforma trabalhista agravará a crise econômica, visto que a perda do poder de compra das famílias será drástica com o fim do 13º salário, do Descanso Semanal Remunerado – DSR, férias, adicional noturno, insalubridade e de todos os benefícios que a legislação atual garante. Com menos dinheiro circulando na economia a crise aumentará.

AUMENTO DE DOENÇAS E ACIDENTES DE TRABALHO COM A TERCEIRIZAÇÃO: A



reforma trabalhista é a volta ao regime de semiescravidão, cairá à expectativa de vida do povo trabalhador pelo desgaste físico, mental e aumento dos acidentes de trabalho. No mesmo sentido o projeto de lei da terceirização, PL 4330, quer ampliar para todas as áreas contratos terceirizados que não garantem direitos e nem segurança no trabalho. São os trabalhadores terceirizados as maiores vítimas de acidentes.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA, FIM DO DIREITO À APOSENTADORIA. É um ataque sem precedentes, aos direitos humanos. Imagine um trabalhador (a) com 60 - 70 anos de idade disputando uma vaga no mercado de trabalho com jovens de 20 anos? A desumana proposta dos governos, apoiada pelos patrões condenará a uma vida miserável milhões de trabalhadores(as), cujo privilégio de chegar a velhice será uma sentença ao abandono e a uma vida sem dignidade humana.

Organizar nossa indignação e derrotar essas reformas

Aqueles que querem aprovar essas reformas são os políticos e partidos que assaltam os cofres públicos. Administram mal o país e sonham impos-

tos. São os que aumentam seus próprios salários e ganham quase doze vezes ou mais do que a ampla maioria dos trabalhadores que recebem um salário mínimo.

São esses políticos que recebem auxílio moradia, acumulam aposentadorias e outras regalias, que querem junto com os patrões que pagam salários miseráveis e não cumprem a legislação trabalhista, acabar com nossos direitos e aposentadorias. Não vamos pagar a crise econômica com nossos empregos e direitos.

Por isso temos que sair às ruas, organizar uma greve geral para derrotar essas reformas que já estão para serem votadas pelos políticos corruptos no Congresso Nacional.

Dinheiro público somente para serviços públicos em benefício da população. Basta de corrupção. É necessário por na cadeia e confiscar os bens de corruptos e corruptores. É necessário derrotar o governo e os patrões nas ruas com nossas mobilizações e nas urnas votando nos candidatos que já deram demonstrações de defender os interesses da maioria da população, do povo trabalhador. **Vote nos candidatos do PSOL e da esquerda socialista e democrática.**

O retorno à sociedade medieval

O defensor do aumento da jornada de trabalho de 44 horas para 80 horas semanais, presidente da CNI (Confederação Nacional das Indústrias) Robson Braga de Andrade, “conselheiro” do governo Temer/PMDB se supera a cada instante. Agora patrocina um conjunto de propostas medievais, as quais, segundo ele, necessárias para tirar o País da crise e “... retomar o crescimento e dar início a um futuro mais brilhante...” (FSP, 22/08/2016) Que futuro brilhante é esse com propostas anacrônicas que remetem às relações trabalhistas ao século passado? E que levarão impiedosamente a uma queda brutal na qualidade de vida de milhões de brasileiros, além de ocasionar a formação de um exército de trabalhadores lesionados e de mortos por acidente de trabalho? O “guru do apocalipse” sugere alterar a NR 12, norma regulamentadora sobre máquinas e equipamentos que visa prevenir e evitar doenças e acidentes de trabalho; regulamentar a terceirização; fim dos direitos trabalhistas instituindo o negociado acima do legislado e entregar as riquezas da nação como o petróleo à iniciativa privada. Cabe aos trabalhadores(as) se levantar contra essas e outras mudanças como a idade para aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, rumos aos 70 anos para ambos. Todas estas propostas estão tramitando no Senado e na Câmara Federal da Lava Jato. Como disse Martin Luther King “Temos o Dever Moral de Desobedecer a Leis Injustas” melhor seria derrotá-las antes de sua aprovação. É urgente uma Greve Geral no Brasil, para derrotar todos os projetos que retiram os direitos históricos dos trabalhadores(as).

Educação e Saúde Pública deixam de ser direitos para serem artigos de luxo

Os governos neoliberais fazem um desmonte na saúde e educação públicas, mergulhados na inércia e na corrupção os partidos tradicionais que comandam a política como o PMDB, o PT, o PSDB e os partidos fisiológicos aliados entregaram o gerenciamento da saúde pública à iniciativa privada, através das OS (Organizações Sociais); querem a lei da mordaza na educação; aplicam os crescentes cortes de verbas e mais recente aprovaram o golpe da DRU – Desvinculação das Receitas da União que desobriga os investimentos previstos na Constituição nessas áreas. Os governos para cumprirem o ajuste fiscal, estão proibindo os trabalhadores da educação de comerem a merenda escolar e de adocercem. E devido à renegociação da dívida do estado com a União ficam proibidos os concursos públicos, os aumentos salariais aos servidores públicos e se cogita que durante 20 anos não haverá investimento crescente na educação pelo contrário a tendência é de queda. Essa política é a grande responsável pela falência da educação e de vermos tantos professores doentes e estudantes desmotivados. Precisamos mudar essa lógica. Dinheiro público é para ser investido em serviços públicos, não na iniciativa privada e na corrupção.

Expediente

Luta Socialista

Publicação de Luta Socialista - LS/PSOL www.lutasocialista.com.br
 Organização Simpatizante da Unidade Internacional dos Trabalhadores - UIT/CI
 www.uit-ci.org Jornal de Circulação Interna aos filiados do PSOL

Endereço: Tv. Curuzu, 1598 – Marco
 Cep: 66093-801 – Belém – PA
Telefone: (91) 2121-9008
E-mail: lutasocialista@yahoo.com.br

Editoria: Douglas Diniz, Manuel Iraola, Nancy Galvão.

Tradução e Correção: Lucas Barbosa, Suzete Chaffin, Neide Solimões, Cedício Vasconcelos, Eduardo Rodrigues e Vera Coimbra

Editoração Gráfica e Arte Final:

Nilvon Kleber Ferreira
 (91) 98310-0899 Tim / 98801-8974 OI
 nilvon.kleber@hotmail.com nilvonkleber9@gmail.com

Jornalista: Manuel Iraola
 MTB: 58511-SP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e colaboradores

Corrupção e calamidade: o verdadeiro legado das Olimpíadas



Babá

Professor da UFRJ e vereador do PSOL na cidade do Rio de Janeiro

Como evitar que as obras feitas para as Olimpíadas se tornem grandes “elefantes brancos”? A pergunta feita a um pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro teve uma resposta direta: “A festa será muito boa, mas depois que acabar é que nós vamos cair na real. Teremos um grande problema depois”.

Essa afirmação apenas confirma as denúncias feitas pelos parlamentares do PSOL sobre a farra dos empresários que enriqueceram com a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil, em especial as grandes empreiteiras, envolvidas até o pescoço em bilionários esquemas de corrupção.

Aliás, o “Nervosinho” (codinome atribuído a Eduardo Paes, prefeito do Rio) apareceu na Lista da Odebrecht, planilha que continha o nome de vários políticos, junto com os valores das supostas propinas pagas a eles pela empreiteira. E por isso articulou o arquivamento de um pedido de CPI para investigar a corrupção nas Olimpíadas.

Enquanto trouxe fortuna para poucos, espalhou calamidade pelo Rio de Janeiro. Estima-se que 22 mil famílias sofreram ordem de despejo por causa das obras da Copa do



Mundo e das Olimpíadas. Foi o maior processo de remoções forçadas ocorrido em 450 anos de história. Junto a isso a população carioca teve que suportar desemprego, caos na saúde, crise na segurança pública, congelamento de salários, etc. Não à toa, Michel Temer, do mesmo partido de Eduardo Paes (PMDB), foi vaiado na abertura dos Jogos.

O governador Francisco Dornelles (PP) decretou a falência do Estado e suspendeu o pagamento dos salários de servidores públicos, mas bancou isenções fiscais bilionárias, como a concedida para a Light (empresa privada de energia). Isso é uma palhaçada, coisa de moleque! Uma banana para as Olimpíadas e seus patrocinadores corruptos.

É necessário fazer auditoria nas contas dos Jogos Olímpicos, revogar as isenções fiscais concedidas para as empresas e garantir dinheiro para a saúde, a educação e demais serviços públicos.

RIO DE JANEIRO

Apoiamos Babá por sua coerência e luta na defesa dos direitos dos trabalhadores

Nessas eleições municipais, Luta Socialista (LS/ PSOL) apoiará a reeleição do companheiro Babá. Fundador do PSOL, Babá sempre pautou sua atuação parlamentar na defesa radical dos direitos dos trabalhadores, denunciando de forma implacável os velhos políticos, como Sergio Cabral, Pezão, Dornelles e Eduardo Paes que tem governado o estado e a cidade do Rio de Janeiro em

favor dos interesses das empreiteiras e dos banqueiros. Como afirmou o companheiro Marcelo Freixo candidato a prefeito do Rio de Janeiro “*Babá representa algo muito importante na política brasileira hoje.*”

Nessa crise de representatividade, de falta de identidade das pessoas com o parlamento, Babá representa algo diferente. É uma candidatura de lutas, que narra a classe trabalhadora, que está em todos os fronts. É verdadeiro e a classe trabalhadora identifica isso”.

NITERÓI/RJ

Uma mandato a serviço dos trabalhadores e do povo pobre



Na cidade da Niterói (RJ) Luta Socialista estará apoiando a reeleição do companheiro **Renatinho do PSOL**. Além de ser um dos mais atuantes vereadores da cidade, Renatinho sempre colocou seu mandato a serviço da luta dos trabalhadores metalúrgicos contra os donos de estaleiros, bem como dos servidores públicos, em especial dos servidores do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) por melhorias nas condições de trabalho, reajuste salarial e contra a privatização.

Servidores públicos lutam no Congresso contra o ajuste fiscal



Rodrigo Ávila

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida.
www.auditoriacidada.org.br

O Congresso Nacional tem analisado propostas que visam limitar os gastos sociais, para viabilizar o pagamento da questionável dívida pública, que beneficia principalmente os bancos privados e grandes investidores. Uma dessas propostas é o Projeto de Lei Complementar nº 257/2016, encaminhado pela então Presidente Dilma Rousseff, e agora defendido pela base do governo Michel Temer.

Em sua última versão, o Projeto aplica aos estados a ideia da Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, encaminhada pelo governo Temer, e que limita o crescimento dos gastos sociais à variação da inflação. Isto significa que qualquer aumento real de arrecadação nos estados será destinado ao pagamento de uma também questionável dívida. Tal medida também ameaça, por exemplo, o cumprimento do piso salarial dos professores.

Os estados teriam que aplicar esta absurda medida como uma contrapartida a uma pequena concessão do governo federal, ou seja, o adiamento (para o

próximo mandato de governadores) da cobrança de parte do pagamento da dívida dos estados com União. Portanto, não se trata de redução no pagamento, mas sim, de um pequeno adiamento, sendo que tais valores postergados serão pagos com mais juros sobre juros. Ou seja, tenta-se cooptar os atuais governadores, para, em troca, aprovar a limitação dos gastos sociais, como saúde, educação, etc.

Além disso, o projeto exige dos estados a desistência de ações judiciais contra o endividamento, ou seja, tenta tornar “legítima” uma dívida cuja origem é obscura, e beneficia principalmente o setor financeiro.

O projeto também impede, por exemplo, que sejam aprovados Planos de Carreira de servidores públicos que prevejam parcelas de aumento em mandatos posteriores aos atuais. Tal impedimento prejudica importantes pleitos dos trabalhadores, principalmente aqueles cujos salários se encontram muito defasados.

Porém, no dia 2 de agosto de 2016, houve uma importante vitória dos servidores públicos, que estiveram em peso na Câmara dos Deputados, colocando a base do governo nas cordas, que assim teve de adiar a votação para a semana seguinte. Este é um exemplo de que é possível derrotar tais propostas nocivas ao povo, e que privilegiam os bancos privados.

DIGA NÃO AO PLP 257/16

PRIVATIZAÇÕES

CONGELAMENTO SALARIAL

PRECÁRIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO À POPULAÇÃO

SUSPENSÃO DE CONCURSOS

DEMISSÃO DE SERVIDORES

IMPOSIÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

ELEVAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

LIMITAÇÃO DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS

SUSPENSÃO DA POLÍTICA DE AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO

ESSAS SÃO AS GRAVES CONSEQUÊNCIAS DO PLP 257/16 QUE TRAMITA EM CARÁTER DE URGÊNCIA NO CONGRESSO NACIONAL E QUE, SE APROVADO, VAI TRAZER ENORMES PREJUÍZOS AOS TRABALHADORES E AOS PROGRAMAS SOCIAIS.

O “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” quer anular a voz e a autonomia dos professores na escola



Sílvia Letícia

Professora - LS / PSOL/
Unidos Pra Lutar e
Candidata a Vereadora
pelo PSOL Belém/PA



Diante da crise econômica do capital que gera desemprego, retirada de direitos dos trabalhadores e criminalização das lutas; da crise política que expõe a podridão do regime capitalista no país com a corrupção e da crise social que coloca os trabalhadores, a juventude e o povo pobre sem a assistência social necessária à garantia de direitos básicos como a saúde pública, segurança, emprego, salário, teto, terra e educação de qualidade, os grandes empresários e latifundiários, usando de sua representação no congresso nacional, com o apoio do governo Temer/PMDB que aprofunda o ajuste fiscal iniciado por Dilma Rousseff/PT querem aprovar medidas que impeçam a crítica e a luta contra os desmandos dos políticos que estão no poder garantindo seus privilégios.

Isso porque nos últimos anos, desde 2013, há lutas intensas no país contra prefeitos, governadores e o governo federal contra o descaso e os ataques aos direitos dos trabalhadores, contra os cortes na educação, a calamidade na saúde e em todas as áreas sociais enquanto se transfere dinheiro público ao setor privado.

O “Programa Escola Sem Parti-

do” nada mais é do que a tentativa de colocar um freio numa categoria de trabalhadores da educação, que nos últimos anos protagonizou ações concretas de mobilizações e lutas contra os ajustes econômicos implementados pelos governos, tanto na educação básica quanto na educação superior.

O PL nº 867/2014 do “Escola sem Partido” alegando “doutrinação ideológica” quer proibir os professores (as) de discutirem valores com seus alunos, seja éticos, ambientais, de gênero, sexuais, culturais ou mesmo de classe. Quer criminalizar a ação docente, que segundo o PL deve reservar-se à transmissão dos conteúdos determinados, sem discutir, esclarecer e dar opiniões, pois, segundo os idealizadores do projeto a ação docente no Brasil carrega um viés de “esquerda” e que por isso, “doutrinária”. A postura desses políticos localiza os alunos como seres passivos, manipuláveis, sem opiniões próprias. É uma Lei da Mordça que quer determinar a conduta de professores (as) para uma suposta neutralidade em sala de aula que proíbe abordar temas como preconceitos, homofobia

e lgbtphobia, sexualidade, que pode gerar prisão de professores (as) que atreverem-se a desobedecer.

O programa não é de “Escola Sem Partido” mas de Escola Com Partido porque o que vai valer, se a Lei for aprovada, são os valores impostos pelas concepções capitalistas que asseguram riqueza para os ricos e pobreza para os pobres, valores esses que, com a Lei da Mordça, não poderão ser questionados. Quando debatemos em sala de aula os temas sentidos e trazidos por nossos alunos como a Lei Maria da Penha, por exemplo, ou os números da violência por causa do preconceito, temas que acontecem diariamente na sociedade estamos estimulando o pensamento crítico e reflexivo nos alunos para que se contraponham às determinações ideológicas do sistema de exclusão e opressão em vigor. Por isso, o que é permitido é manter o partido e a ideologia que mantém os alunos e trabalhadores, em condições de exploração.

Tal política é uma medida

desesperada dos governos de plantão e seus políticos corruptos que estão desacreditados frente aos trabalhadores e juventude que lutam contra essa situação de opressão. Tais governos tentam impor sua política de privatização da educação pública, e para isso, necessitam derrotar as mobilizações dos trabalhadores da educação.

A situação atual de crise econômica e política do sistema capitalista exige a unidade na luta dos trabalhadores e da juventude pela defesa da Escola Pública, do direito de aprender, da autonomia de ensinar e da garantia da valorização do espaço da escola e das universidades, para que seja pública e democrática. Os trabalhadores da educação devem ser valorizados e respeitados.

NENHUM GOVERNO VAI IMPEDIR OS PROFESSORES (AS) DE EDUCAR! QUEREMOS É “TER VOZ ATIVA, NO NOSSO DESTINO MANDAR!”



Derrotar a velha política em Baião/PA

A situação da população no município de Baião é de extrema crise social. O prefeito Saci/PT, assim como os políticos que surgem em época de eleição com discurso de mudanças, mas que passaram os últimos quatro anos apoiando as medidas do governador Jatene e do governo federal, são os responsáveis pelo aumento da violência, do desemprego, da falta de moradia, saneamento, saúde e políticas sociais.

O prefeito e a câmara dos vereadores de Baião apoiam o ajuste fiscal iniciado com o governo Dilma/PT, dado continuidade pelo governo Temer/PMDB e sustentado pelo governador Jatene/PSDB, pois querem que os trabalhadores paguem com os seus salários e direitos a crise dos ricos. Por isso, diminuem carga horária e salários; negam a merenda às crianças, negam hora atividade, aposentadoria e o direito da população pobre de ter serviços públicos de qualidade.

Exemplo do descaso é o tratamento que o prefeito tem dado aos trabalhadores da educação no município, retirando salários, parcelando direitos fundamentais como as férias, negando gra-

tificações e direitos na carreira e deixando as escolas a míngua sem merenda, transporte, água, professores e condições de trabalho.

É preciso tomar partido nessas eleições. É preciso apostar na MUDANÇA VERDADEIRA. O novo que se apresenta de forma coerente está nas candidaturas dos professores Jonas Favacho a prefeito e Reginaldo Reis para vereador, para que existam

projetos concretos de investimentos no município, a defesa da qualidade nos serviços de saúde, educação, saneamento, moradia, planos de carreira, transporte, além do combate à corrupção, assédio moral e abusos do poder econômico e político.

Convocamos os trabalhadores, a juventude e o povo pobre de Baião a assumirem a campanha de quem esteve à frente das lutas da cidade. Dos que

ousaram enfrentar o assédio moral e a falta de compromisso dos políticos que são “lobos na pele de cordeiros” tentando enganar a população para seguir mantendo os seus privilégios.

PSOL, UM NOVO PARTIDO CONTRA A VELHA POLÍTICA.



Jonas Favacho e Reginaldo Reis.



Assembleia geral dos trabalhadores em educação de Baião/PA.

Sopa de letras pra quem tem fome de poder



Suzete Chaffin

Professora - LS/PSOL/
Unidos Pra Lutar e
candidata a vereadora
pelo PSOL Jacareí/SP

O atual cenário político apresenta imagens que poderiam ser classificadas como um quebra-cabeça, mas está longe de ser um jogo inocente, pois seus armadores não estão de brincadeira. As peças são as mesmas, mas assumem posições diferentes para tentar ludibriar os desatentos. As principais peças são do PT que, corroídos pela era Lula/Dilma, nas cidades em que ainda ocupam prefeituras têm que se apresentar camuflados para tentar a própria reeleição ou a eleição de seus sucessores. É o que ocorre em Jacareí, a terceira maior cidade do Vale do Paraíba, onde após 16 anos de administração petista, a população não suporta mais nem ouvir falar no PT. Sua marca registrada é a desvalorização dos trabalhadores públicos, que amargam sucessivas perdas salariais, falta de condições de trabalho e uma brutal retirada de direitos; como é o caso da insalubridade, que muitos prejudicados tiveram que recorrer à justiça para reaver. Para a população em geral, o que fica são anos de promessas de “cura” para os serviços de saúde, hoje em estado gravíssimo. O hospital acabou reduzido a uma UPA- Unidade de Pronto Atendimento,



cuja inauguração deve ocorrer em clima de campanha eleitoral. Isso para dizer o mínimo, pois no momento, a questão central é a farsa desses, que para enganar a população se organizam em blocos de poder, que ao fim de tudo representam apenas mais do mesmo. Se emblocam com a desfaçatez costumeira, sem o menor escrúpulo. A crise política em que se encontram os partidos da ordem lhes impõe usar de subterfúgios para “convencer” o eleitorado, por isso foi grande a debandada do PMDB para fugir da herança impopular deixada pela dupla PT/PMDB.

O atual prefeito do PT (Hamilton) queimou a reeleição, o ex-prefeito (Marco Aurélio) não pode concorrer

porque está com a “ficha suja” e ninguém se anima a ser o candidato porque tem medo de perder feio. Então, eles estão preparando uma verdadeira sopa de letrinhas para tentar se manter no poder. O secretário de governo (PT) migrou, repentinamente, para um partido pouco conhecido da população, o PSD. Mas nas ruas já é chamado de candidato laranja do PT. E, com muitas letras e pouca credibilidade, se emblocam: PSD, PT, PC do B, PDT, PP, PRTB e PROS.

Em outro bloco estão: PSDB, PV, Solidariedade, PSDC e PSC (de Bolsonaro). Esses, liderados pelo PSDB do governador Alckmin, querem ocultar o nome de quem alega não ter dinheiro para pagar os professores,

acoberta o roubo da merenda escolar e promove o desmonte da escola pública.

No terceiro bloco há uma educadora que lidera o PSB, mas tem cargo de confiança no governo Alckmin e tem como dever de casa aliar PSB, PPS e PTN.

Tem aquele que “abandona” o PMDB e pula para o PR, depois de defender por quase dois mandatos, com unhas e dentes, o governo petista, do qual foi líder na Câmara. Sua jogada é juntar as siglas PR, PSL, PHS e PMDB (!?). E a armação não para por aí. Tem uma cria do PSDB que, derrotado na disputa interna, se filia ao DEM. E tem ainda o petebista que chegou ao cúmulo de afirmar na imprensa local, que seu partido, o PTB, é o único que não está envolvido em corrupção. Fala sério! Ele não deve ter lido a lista da Lava-Jato.

Resumo da ópera, o PSC do homofóbico e racista deputado Jair Bolsonaro, se junta ao PSDB de Alckmin, que é amigo do PSB. O PT abraça a falsa oposição do PDT, etc., etc... E movem-se numa dança, na qual quem realmente vai dançar é aquele (a) que se deixar enganar por eles.

É NOSSO DEVER DESMASCARAR ESSES SENHORES E BATALHAR PARA MOSTRAR À POPULAÇÃO QUE SÓ A LUTA MUDA A VIDA E NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR. PARTICIPE DESSA LUTA! FILE-SE AO PSOL.

Embu das Artes pede

SOCORRO!

Sérgio Brito

Professor-LS/PSOL/Unidos
Pra Lutar e candidato
a Vereador pelo PSOL
Embu das Artes/SP



A cidade vem sendo administrada há mais de quinze anos pelo PT sendo dois mandatos pelo atual Dep. estadual Geraldo Cruz e dois mandatos pelo Chico Brito, sendo que este em reta final de mandato ingressou no PMDB.

O município de Embu das Artes, vizinho à capital paulista, não possui um único hospital próprio para atender seus mais de 260 mil habitantes. Por conta disso, pacientes em estado grave enfrentam dificuldades quando procuram o sistema de saúde da cidade. Sem hospitais,

as principais unidades de atendimento do município atendem quase 40 mil pacientes por mês. Outros municípios da mesma região, com população igual ao inferior à de Embu, como Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu, Jandira, Cotia, Itapevi e Barueri, têm hospitais próprios. E sem contar que nos postos de atendimento faltam remédios, médicos e material hospitalar.

Como se não bastasse, o governo municipal fechou o Pronto Atendimento do bairro do Vazame fazendo que a comunidade se deslocasse para outro bairro tendo como consequência a piora do atendimento da população, por conta disso, o governo teve que enfrentar vários protestos.

Na educação o desmando não é diferente, salário dos professores defasados, escolas sucateadas, reformas por fazer e o governo



Ato Público de Professores em Embu das Artes/SP.

alega que não tem dinheiro para realizar as tarefas e nem construir mais escolas e creches, para atender uma população que cresce desordenadamente.

No plano mais geral a cidade encontra-se abandonada, ruas e avenidas esburacadas, praça pública sem manutenção, precarização do transporte público, servidores sem reajuste. A prefeitura virou um verdadeiro trem da alegria para atender

seus apadrinhados. A Câmara Municipal há anos se tornou um balcão de negócios, não existe voz de oposição ao governo. Todos os vereadores são capachos do prefeito.

Por tudo isso, Embu das Artes pede socorro! O PSOL se postula como alternativa de poder popular, contra tanto descaso com os trabalhadores e propondo mecanismos de participação da população para acabar com tanta roubalheira.

HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS

O capitalismo enfrenta a autodeterminação dos povos



Maurício Matos

Movimento Xingu Vivo para Sempre - LS / Unidos Pra Lutar

O governo Lula (PT), retomando o modelo da ditadura militar para a imposição de grandes projetos na Amazônia, lançou em 2008 o então denominado “Complexo Hidrelétrico do Tapajós”. Nele estavam previstas a construção de sete usinas no rio Tapajós, supostamente para atender a demanda por energia elétrica no país. Entretanto, no Ministério das Minas e Energia, comandado na época por Edson Lobão (PMDB), e até três anos antes por Dilma Rousseff (PT), já haviam sido iniciados estudos para a implantação de mais 36 barragens nos rios Jamanxim e Teles Pires, os dois formadores do Tapajós. No total, o governo petista pretendia construir 43 hidrelétricas na Bacia do Tapajós. Não há, até hoje, qualquer estudo sócio ambiental para se avaliar o impacto devastador do conjunto dessas obras.

Em maio de 2009 inicia-se o processo de licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós, a maior delas. A previsão era a construção de uma barragem com 7.608 metros de comprimento, que consumiria aproximadamente 850 mil toneladas de cimento e 208 mil toneladas de aço, produzindo 2,8 milhões de metros cúbicos de concreto e a formação de um lago com 728 km². Seriam necessários 13 mil operários, no pico da obra, que teria um custo estimado (março/2013) de R\$ 28 bilhões.

Mas havia um grande problema: as áreas no entorno dessas usinas comportam milhões de hectares de florestas, protegidas dentro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A legislação brasileira garantia a proteção desse potencial riquíssimo em biodiversidade. Mas a mente capitalista do alto escalão do governo Dilma iria encontrar uma solu-

ção. E ela veio em janeiro de 2012: uma medida provisória, a MP 558, reduziu em mais de 91 mil hectares o tamanho de sete Parques e Florestas Nacionais (1 hectare tem o tamanho aproximado de um campo de futebol). Ora, se um projeto de interesse do grande capital esbarra na lei soberana de um país, mude-se a lei! Se o problema era a floresta protegida, retire-se a proteção da floresta! E assim caminhava o governo PT-PMDB.

Mas não é apenas geração de energia o motivo para tamanha



Povo Munduruku na luta contra Hidrelétrica do rio Tapajós

cobiça sobre a Bacia do Tapajós. As grandes mineradoras multinacionais querem explorar a alta potencialidade de extensas reservas de ouro, diamante e granito serem encontradas na região. E ainda tem os ruralistas, amigos da ex-ministra Kátia Abreu (PMDB), que buscam a construção da hidrovía Tapajós-Teles Pires para poderem exportar a soja transgênica produzida no Mato Grosso. Para isso, a criação dos lagos das hidrelétricas, a construção de eclusas e o derrocamento das corredeiras, são necessários, e constam no Plano Hidroviário Estratégico, formatado nos governos Lula e Dilma, com estimativa de transportar 9,7 milhões de toneladas/ano (fertilizantes, soja, milho), com um custo de apenas 10 a 17% do valor gasto pelos latifundiários com o transporte rodoviário.

Isso sem falar nos esquemas de corrupção envolvendo todas as grandes empreiteiras do país, revelados com a Operação Lava Jato. Só na hidrelétrica de Belo



Ato dos índios Mundurukus às margens do Rio Tapajós, onde o governo planeja instalar a nova mega-hidrelétrica brasileira.

Monte fala-se de R\$ 100 a R\$ 150 milhões em propinas, onde aparecem nas delações premiadas nomes de ex-ministros dos governos Lula e Dilma, como Erenice Guerra, Antônio Palocci, Silas Rondeau e Edison Lobão.

Mas a Amazônia não é “terra desabitada” e esse projeto de neocolonização enfrentou a resistência dos povos originários. Em junho de 2012 um grupo de mundurukus participou da segunda

inviabilizaria o projeto da maior usina. Após diversas tentativas de negociação, período onde não faltou cooptação de lideranças, ameaças de intervenção da Força Nacional de Segurança ou manobras judiciais, culminando com o assassinato de Adenilson Kirixi por um delegado da Polícia Federal, durante a invasão da Aldeia Teles Pires, os Munduruku decidiram tomar o futuro em suas mãos e lutar pelo direito à autodeterminação de seu povo.

Em 17 de outubro de 2014 começava uma ação histórica: a autodemarcação do território munduruku Daje Kapap Eipi (a Terra Indígena Sawré Muybu). Com a ajuda de aparelhos de GPS e tomando como referência o relatório da FUNAI, 24 pontos foram identificados e marcados com placas, determinando os limites territoriais, cuja segunda etapa se encerrou em julho/2015. Durante os meses em que se embrenharam na mata, caminharam por mais de uma centena de quilômetros, identificaram a extração ilegal de palmito, expulsaram madeireiros e garimpeiros, e sofreram ameaças de morte.

A autodemarcação ainda não terminou, mas já conquistou duas grandes vitórias: a suspensão do licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós, e a maior delas, que foi a luta unificada dos Munduruku do Alto e Médio Tapajós em defesa de suas terras sagradas. Sawê! Sawê!



Criança Munduruku brinca no Rio Tapajós, na região da terra indígena Sawré Muybu.

ocupação de um dos canteiros de obra da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. O povo Munduruku pôde ver de perto a destruição provocada pela implantação de uma usina no meio da floresta, barrando e poluindo o rio, devastando a mata, extinguindo espécies e causando danos irreversíveis na biodiversidade e no modo de vida de indígenas e ribeirinhos. Para muitos, em especial para os anciãos, parecia impossível que os *pariwat* (“homem branco”) pudessem barrar o curso de um rio caudaloso como o Xingu ou o Tapajós. Mas eles viram outra realidade. E essa participação foi decisiva para a luta travada nos anos seguintes, contra a construção de barragens no rio Tapajós.

No Médio Tapajós, o povo Munduruku aguardava desde 2001 a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Somente em setembro/2013 a FUNAI concluiu o relatório que possibilitaria a tão aguardada homologação de suas terras, mas o governo federal impediu a publicação, pois isso

METROVIÁRIOS:

Privatização é igual a Corrupção



Metroviários da UNIDOS PRA LUTAR: Alex Fernandes/Estação L3 - Vermelha H; Alex Santana/Tráfego L3 - Vermelha G; Alexandre Roldan/VPN - Manutenção - Linhas L1 H; Puff/Manutenção L5 - Lilá B e Ronaldo Campos Pezão/Tráfego L3 - Vermelha F.

Os metroviários e a população de São Paulo estão sofrendo brutal ataque. O governo Alckmin quer privatizar o Metrô e está acelerando o passo, em setembro será lançado o edital de entrega da Linha 5 para a iniciativa privada através de concessão.

Por traz desse processo está a corrupção que envolve o governo do PSDB no Estado, e obviamente, uma forma de alastrar a máfia eleitoral que ao longo dos anos sustentou e sustenta as campanhas eleitorais de Alckmin.

O perdão a dívida da Alstom com o Estado, de aproximadamente R\$ 300 milhões por conta de contratos não cumpridos com o Metrô, deixa evidente o nível de corrupção que envolve esse governo.

O argumento de que privatizar seria para o Estado, economizar, é uma falácia, pois a Linha 4 Amarela, entregue ao setor privado, é totalmente bancada com dinheiro público retirado do Metrô estatal. Essa linha foi construída com cerca de 80% de recursos públicos. O contrato estipula o transporte de 900 mil passagei-



ros/dia, mas a linha transporta 700 mil, e agora o governo banca a tarifa em relação ao número de usuários não transportados, ou seja, os contribuintes pagam à empresa privada o valor de 200 mil usuários que não circulam no Metrô.

Entregar a linha 5 – Lilás, significa jogar dinheiro público nos bolsos dos tubarões do transporte, pois é uma linha construída pelo Estado, operada pelo Metrô desde 2002.

Entregar para iniciativa privada significa doar toda a estrutura e tecnologia instalada com dinheiro da população. Sem contar que a expansão da linha já entrou no orçamento do Estado, pois já está praticamente paga.

Para tentar justificar a privatização, o governo está sucateando a empresa para tornar o serviço público precário, haja vista a falta de peças para reposição na manutenção, falta

de funcionários em todas as áreas, trens novos parados por terem sido comprados com tecnologia diferente à do sistema.

Está em curso um PDV (Pedido de Demissão Voluntária), para enxugar ainda mais o quadro de trabalhadores, corroborando com a precarização.

Os militantes da Unidos pra Lutar por várias vezes fizeram denúncias na mídia através do Sindicato, e contribuíram para informar à população o quanto esse governo está desviando o dinheiro público e destruindo o patrimônio da sociedade.

Não resta outra saída, a população tem que se unir para fortalecer a luta contra a privatização do Metrô. O grande penalizado será o povo que usa o serviço, que será sucateado e as tarifas serão mais abusivas ainda. Os metroviários têm que preparar a categoria e a população para um grande enfrentamento contra o governo e, no mês de setembro, no lançamento do edital, preparar grandes mobilizações pela cidade e uma greve no Metrô para impedir mais esse roubo aos cofres do Estado.

Metroviários do Rio Grande do Sul em luta



Luiz Henriques Chagas

Presidente do SINDIMETRÔ/RS

Os metroviários do RS lutam em duas frentes: contra a privatização da Trensurb, empresa que administra o trem metropolitano; e pela contratação de profissionais para as bilheterias e segurança, além da reposição salarial de acordo com a inflação medida pelo IPCA (9,28%).

Para combater a privatização, o sindicato adotou como estratégia procurar as Câmaras Municipais para denunciar o processo de privatização. Denúncias que estão sendo feitas nas

tribunas e em audiências públicas. Duas frentes parlamentares contra a privatização já foram instaladas, uma na Câmara de Novo Hamburgo e outra na Assembleia Legislativa.

A Trensurb atende os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre. O sistema possui uma extensão de 43,8 km. A luta da categoria é para mantê-la pública e prestando um serviço com qualidade. O primeiro efeito da privatização será sentido na tarifa. No Rio de Janeiro, onde o metrô é privatizado, o usuário paga R\$ 4,10, enquanto em Porto Alegre e região, o valor é de R\$ 1,70. O Sindimetrô/RS também tem denunciado o sucateamento da empresa, como a falta de pessoal nas bilheterias, ocasionando longas e demoradas filas.



Em campanha salarial, os metroviários reivindicam a contratação de trabalhadores para as bilheterias e segurança, além da reposição integral da inflação. A categoria já realizou duas paralisações em 21 de julho e 01 de agosto, mantendo os trens em funcio-

namento nos horários de pico, e não descarta a realização de uma greve por tempo indeterminado ainda em agosto contra a rebaixada da empresa. O Sindimetrô também acompanha a mobilização nacional contra alterações na previdência e na legislação trabalhista.

Não é a crise econômica, mas nossos direitos históricos, o alvo dos patrões e governos!



Wellington Luiz Cabral

Operário Químico - LS/PSOL/Unidos Pra Lutar e candidato a vereador pelo PSOL S. J. dos Campos/SP

O capitalismo está em crise em todo o mundo por que para manter seus fabulosos lucros ataca o nível de vida da população trabalhadora em todo o planeta, retira direitos sociais e trabalhistas. E enfrenta a resistência da classe trabalhadora com uso das forças militares e ataque às liberdades democráticas. Mesmo assim a crise econômica, política e social aprofunda-se em vários países do mundo.

Não vivemos uma crise momentânea, mas uma crise permanente do sistema capitalista. O desemprego no mundo é crescente e até final de 2016 deve atingir 200 milhões de pessoas. Em todos os países, mas principalmente nos emergentes, metade da população, e nos países em desenvolvimento, dois terços, segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho, está submetida a trabalhos vulneráveis (precarizados, meio período, temporário, mal remunerado), ou seja, 1,5 bilhão de trabalhadores estão submetidos a péssimas condições de trabalho. Em todo o mundo representa mais de 46% da população trabalhadora.

Recentemente o parlamento francês aprovou a reforma trabalhista com o apoio da Confederação Francesa de Trabalhadores- CFDT que atuou con-

tra os trabalhadores e a juventude francesa que fizeram várias greves gerais e não deram trégua ao governo nem durante os jogos e a final da Eurocopa. Assim como pretende o presidente Michel Temer, o governo François Hollande instituiu o negociado sobre o legislado, flexibilizando a jornada de trabalho para até 80 horas semanais e facilitando as demissões. Na Grécia o governo aplicou corte de 22% nos salários e aumentou a idade mínima de aposentadoria para 67 anos, assim como na Alemanha esta idade mínima de 67 anos já está em vigor desde a década passada, lá também se desonerou as demissões. Na Argentina o direito de férias é escalonado, ou seja, trabalhadores com até 5 anos na mesma empresa só tem duas semanas de férias, até dez anos de trabalho, goza 21 dias, até 20 anos, 28 dias de descanso e somente aqueles trabalhadores que tem mais de 20 anos na mesma empresa tem o direito a 35 dias de férias.

No Brasil não é casual a escalada de ataque aos nossos direitos, Dilma por não conseguir aplicá-la a fundo foi afastada da presidência, mas deixou vários projetos tramitando como o PLP 257 que liquida com os serviços públicos; a lei das terceirizações, ou melhor, do trabalho precário generalizado; a reforma trabalhista e previdenciária. Todos esses projetos nocivos aos trabalhadores foram retomados por Temer. Achando pouco, o congresso corrupto aprovou que até 10% do FGTS pode ser destinado para empréstimos consignados. Os bancos privados como Bradesco e Santander querem gerir este patrimônio de 300



bilhões que desde 1992 os depósitos são centralizados pela CEF, justamente devido a fraudes à época quando bancos privados lesaram contas do FGTS. Temer quer tornar permanente o PPE – Programa de Proteção ao Emprego que garante aos patrões o direito de reduzir salário. Quanto à previdência social a intenção é instituir 67 anos rumo aos 70 anos para a concessão da aposentadoria, igualando homens e mulheres, sendo que estas seguirão com sua dupla ou tripla jornada de trabalho. As novas regras recairão sobre todos os trabalhadores com até 50 anos de idade na data da aprovação da reforma. Já para as pensões por morte a proposta é redução dos valores para 60%, mais 10% por filho (até 4 filhos) e limitar o tempo de concessão.

Basta! É hora dos trabalhadores(as) tomarem em suas mãos o destino

do país, precisamos defender os nossos direitos e garanti-los para os nossos filhos. É vergonhoso o papel que cumprem as centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, que não chamam a construção de uma Greve Geral para derrotar a “ponte para o futuro” e “travessia social” como são chamadas as medidas de ajuste do governo Temer. Nós trabalhadores, juventude, movimentos sociais precisamos derrotar os partidos do ajuste e da corrupção PMDB-PT-PSDB e os partidos fisiológicos aliados. Tomando as ruas, exigindo o não pagamento da Dívida Pública e sua auditoria; taxaço das grandes fortunas e fim do imposto sobre os salários; prisão para corruptos e corruptores e confisco dos bens. Fortalecer as campanhas salariais e nas eleições derrotar os partidos tradicionais. Nós trabalhadores temos alternativa, o PSOL.

Greve dos professores municipais em Guarulhos/SP



Alessandro

Servidor Municipal de Guarulhos/SP, LS/PSOL/Unidos Pra Lutar

A vida do Prefeito Almeida do PT já estava complicada e agora após o ex-prefeito Elói Pietá pré candidato a prefeito, tido como o “salvador”, declarar na rádio que “funcionário público tem que deixar de pensar no umbigo e trabalhar feliz”, ganhou de presente na volta às aulas dia 25.06, uma greve da Educação Municipal. O principal motivo: o não cumprimento e não pagamento de acordo coletivo das horas estendidas.

Essas horas, são um acordo muito mal feito com o STAP (Sindicato dos servidores/Força



Sindical), onde professores ficariam 8 horas por dia na escola, sendo 6 horas trabalhadas e 2 horas de qualificação profissional. Desde janeiro de 2016 o governo não paga os/as professoras. Muitas se exoneraram de seus cargos na rede estadual

para ficar somente na municipal e em média cada profissional está perdendo R\$ 1.000,00 por mês, sendo a soma total de R\$ 6.000,00. A Educação tem sido o setor mais dinâmico das greves e lutas no funcionalismo, com peso fundamental, porém

sindicato e governo vem tentando desmontar. Mesmo sem direção, contando apenas com sua associação que disputa na justiça o direito de representatividade, os/as trabalhadores/as da educação lutam de forma coe-rente e corajosa, ocupando praças, Paço Municipal e o Teatro Adamastor, onde impediram o I seminário de mobilidade urbana, internacional, fazendo apitaço e colocando o Prefeito para correr, pois nem apareceu para negociar com grevistas.

Aqui em Guarulhos o governo do PT deverá encerrar seu mandato rechaçado não só pelo funcionalismo, mas há desaprovção de 70% da população e ninguém fechou coligação com este partido. E a Educação mostra à cidade o quanto o prefeito Almeida é mal educado.

Construindo uma candidatura combativa no interior de Goiás



Matheus Pontes

Matheus Pontes
Professor do IFMT
Luta Socialista
Unidos pra Lutar

Sob o hino da Internacional dos Trabalhadores o PSOL de Catalão-GO lançou, no dia 25 de julho, a professora Camila Campos como candidata a Prefeita, numa das cidades mais operária do Centro-Oeste brasileiro.

Apesar de ser polo das montadoras da John Deere e Mitsubishi, e das multinacionais do minério Anglo American e Vale Fertilizantes, talão, Catalão e seus trabalhadores/as amargam a crise econômica e social impostas pela burguesia e elite local, com demissões em massa do operariado. Somente em 2015, mais de 700 metalúrgicos perderam seus empregos e, para os próximos anos, mesmo batendo recordes na produção de nióbio na localidade, o grupo Anglo American promete reduzir em 2/3 os números de seus trabalhadores em todo o mundo, incluindo em Catalão.

No campo a penúria é equivalente. A pressão do agronegócio, a construção de barramentos para hidrelétricas e o assédio permanente das multinacionais do minério em busca de novas áreas para exploração, vem expulsando centenas de pequenos agricultores para cidade, proporcionando gradativamente bolsões de miséria, especulação imobiliária e a precarização da mobilidade urbana.

Com cerca de 100 mil habitantes, Catalão possui um PIB superior a 5 bilhões de reais, com renda per capita próxima a R\$ 60 mil por habitante, média três vezes superior à nacional, tornando-se uma das cidades mais ricas do Brasil central. Todavia, essa riqueza não chega às mãos dos trabalhadores/as: a saúde vive debilidades com falta de UTI's, ambulâncias, não existe transporte público decente, os servidores públicos municipais possuem salários irrisórios e, a crise hídrica abateu sobre a cidade nos anos de 2013 e 2014; por outro lado, as elites locais encasteladas na falsa polarização entre os grupos do PMDB e PSDB que se enriqueceram em inúmeros esquemas de corrupção sem haver nenhuma punição efetiva.



Camila Campos Candidata a Prefeita da cidade de Catalão-GO

A candidatura da companheira Camila Campos é a única que pode defender de forma independente a manutenção dos empregos na indústria e a permanência do pequeno agricultor no campo, com um governo de controle popular e sem corrupção. Com o PSOL, o operariado e demais movimentos sociais no governo local, teremos mais força para avançar na proposição da Reforma Agrária e Urbana, na prestação de serviços públicos de qualidade, e na estatização do nosso sistema mineratório e indústria pesada, no intuito de garantir a soberania nacional e arrancar o país da atual crise burguesa.



Ato público na cidade de Catalão-GO.

Educadores da vida cotidiana: Trabalhadores terceirizados de conservação e limpeza do DF em Greve



Juliana de Freitas

Professora - DF,
LS/PSOL/ Unidos
Pra Lutar

Com 10 dias de atraso do salário de agosto, um mês de atraso do auxílio-transporte, três meses de atraso do auxílio-alimentação e nenhuma proposta ou resposta das empresas ou do governo, os Trabalhadores' Terceirizados da Conservação e Limpeza das escolas públicas do DF se viram obrigados a decretar greve geral da categoria com a intenção de pressionar empresas e GDF pelo pagamento imediato do que era devido. O mesmo descaso que o GDF teve com as greves do Metrô e da Caesb, nenhuma proposta, nenhuma resposta.

A greve dos terceirizados que começou logo na primeira semana de aula do 2o semestre mobilizou fortemente a categoria que realizou assembleias radicalizadas e mostrou a importância desses trabalhadores, invisíveis aos patrões, para o bom funcionamento das escolas. Salas de aulas, banheiros e corre-

dores sem nenhuma higiene mobilizaram professores, pais e estudantes em atos de solidariedade aos trabalhadores terceirizados. O GDF e as empresas faziam um jogo de "empurra-empurra" se esquivando da responsabilidade e chamando a categoria a retornar ao trabalho, pois os alunos estavam estudando em "ambiente sujo", mas os trabalhadores terceirizados ensinaram aos estudantes algo muito importante, que é a luta que muda a vida, que é através da união dos trabalhadores e da luta coletiva que tem vitórias para toda uma categoria, mostrando assim que esses trabalhadores que limpam corredores, salas e banheiros, também são educadores. Educadores da vida cotidiana.

A pauta de reivindicação é ampla: reforma das escolas públicas, ampliação das vagas nas creches públicas do DF, aumento real de salário, gratificação de insalubridade, contratação imediata de mais funcionários entre outras reivindicações básicas para o bom desempenho do trabalho feito por esses companheiros que se dedicam a conservação e limpeza das escolas públicas.

Durante a greve estourou o escândalo da Câmara Legislativa do DF onde a presidente da Câmara,



Celina Leão (PPS-DF) e vários outros deputados distritais, inclusive integrantes da Mesa Diretora da Câmara, foram denunciados ao Ministério Público do DF por corrupção ativa, onde desviavam o dinheiro destinado as reformas das escolas e cobravam propinas a empresas com intenção de facilitar licitações, com isso os trabalhadores terceirizados da conservação e limpeza agregaram aos atos a denúncia da Câmara Legislativa corrupta que decide o destino das verbas públicas do DF.

A greve encerrou-se no dia 24 de agosto, com uma vitória parcial da categoria através do pagamento dos salários atrasados, mas a mobilização permanece e os trabalhadores terceirizados da conservação e limpeza já mostraram seu valor e sua importância para a educação e que estão dispostos para novas lutas que virão. Esse sentimento dos terceirizados deve ser seguido por outras categorias, devemos unificar as lutas e as greves para derrotar o GDF.

Greve dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins: trabalhadores não aceitam pagar pela crise dos ricos



Danielle Guedes
Professora,
Luta Socialista e
Unidos Pra Lutar

Aos 09 dias do mês de agosto de 2016 os trabalhadores públicos, administrativos do Estado de Tocantins decretaram Greve Geral, o que posteriormente impulsionou outras categorias como educação, saúde e judiciário. Já no segundo dia de Greve, o truculento governo Marcelo Miranda (PMDB) já ameaçou com corte de ponto, o que não intimidou a categoria, a qual reagiu com uma forte mobilização. Por outro lado, o governo beneficia o alto escalão estadual com reajustes sem

nenhuma hesitação. O governo estadual, que beneficia o agronegócio em troca da precarização dos serviços públicos, privatiza a CELTINS (Companhia Energética do Estado), entrega escolas públicas à iniciativa privada e à Polícia Militar. Este governo, que devido à crise econômica reajusta pesadamente os impostos (aumentando a alíquota de IPVA de 2% para 4%, retirando a isenção de veículos com mais de 15 anos de uso) e alega que não tem dinheiro para o servidor que pede nada mais do que o pagamento da data-base. Governo que dá as costas para a população para a solução da crise política, econômica e social que passa o Estado, deixando a população a mercê do crime, das organizações criminosas. Não é responsabilidade dos trabalhadores a grave crise econômica que passa o país e o Estado de Tocantins, por isso não



pode ser os trabalhadores penalizados pelos seus efeitos. Que os ricos paguem pela crise! São mais de 27 cidades em plena mobilização de greve nas quais Palmas, Miracema, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Guaraí, Colinas, Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Porto Nacional, Natividade, Xambioá, Piraquê, Gurupi, Alvorada, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Araguaçu, Sandolândia, Taguatinga, Dianópolis, Arraias entre outras.

mais completo descaso com os serviços públicos do estado, esse dois elementos, inoperância do Sindicato e descaso do governo, são fatores que os trabalhadores tem que enfrentar para garantir a vitória da greve e um serviço público de qualidade.

A direção do sindicato, SISEPE-TO, não tem sido contundente nas ações de greve o quem tem provocado falta de estrutura material e logística para os grevistas que tem se jogam para garantir que a greve se fortaleça, o governo também não tem mostrado nenhuma disponibilidade de negociação o que deixa claro o

Os constantes ataques aos trabalhadores como a retirada da aposentaria e do 13º salário acontecem em vários estados e em nível nacional, por isso é necessário a radicalização do movimento grevista com uma série de atividades de rua como protestos, atos públicos, passeatas que convoque outras categorias e chame a população para a mobilização, de forma que possamos fazer assembleias unificadas, comando de greves unificados, atividades unificadas e assim construir uma greve geral no estado de Tocantins que se amplia para uma greve geral nacional.



Ato de greve dos trabalhadores em educação do Tocantins.

As escolas do Amapá se transformaram em campos de guerra



Cássia Evangelista

Servidora Federal do IBGE, LS / Unidos Pra Lutar

A insegurança sempre foi um elemento presente na vida do amapaense, do centro das cidades até suas áreas periféricas, e nas escolas a situação não poderia ser diferente. Sendo uma instituição social que cumpre o papel de formadora do indivíduo e agente da socialização, elas refletem todo o caos social. Assaltos, furtos, tráfico de drogas e arrastões eram combatidos e enfrentados pelos trabalhadores da educação com muita coragem e projetos educacionais, e coibidos pelo estado com a presença de vigilantes terceirizados e desarmados.

Porém, em um período em que a violência é crescente no Amapá (palavras do próprio secretário de seguran-

ça), o Governador Waldez Góes – PDT anunciou o fim do contrato com empresas de vigilância, que atuavam nas escolas estaduais, alegando não poder pagar a dívida de mais de R\$ 19 milhões. O resultado foi imediato, em menos de 12 dias 21 escolas já foram assaltadas, objetos de trabalhadores, de estudantes e o patrimônio da própria escola foram levados.

Esta situação demonstra vários anos de descaso com a administração pública: a falta de contingente policial para conter a criminalidade; os problemas sociais crescentes, como a falta de emprego, o tráfico e consumo de drogas, a falta de incentivo à educação; a terceirização da segurança; a falta de preparo dos profissionais terceirizados para exercer suas atividades, e sua má remuneração. Em meio a isso tudo encontram-se os trabalhadores da educação, mal remunerados, com salários parcelados, em péssimas condições de trabalho e os estudantes sem condições para estudar, que, em medidas extremas, estão



Escola Estadual Maria Mãe de Deus, em Macapá. Foi assaltada 3 vezes.

acampando nas escolas para evitar os roubos. Já faltava pincel para escrever no quadro, agora falta segurança para ir trabalhar e estudar.

Chega de ataques! Chega do desmonte da educação! Chegou a hora

de se posicionar, de ocupar as ruas e enfrentar os cortes, o parcelamento dos salários e o autoritarismo do governador e da justiça burguesa, e construir uma poderosa **GREVE GERAL!**

PSOL: Governar para quem?

Para os trabalhadores e o povo pobre!



Pedro Fonteles

Professo: Militante da Luta Socialista/PSOL/ Unidos Pra Lutar



As eleições municipais deste ano ocorrem numa situação política em que se agrava a crise social no país inteiro. Há um verdadeiro caos público que atinge a todas as cidades, sejam pequenas, médias ou as grandes metrópoles. Todo esse estado de calamidade que afeta cotidianamente os trabalhadores e o povo pobre, em especial a juventude negra, as mulheres e os LGBTT é resultado imediato do modo de governar da burguesia e dos que com ela governam. Desde o governo Federal passando pelos Governadores e Prefeitos a lógica é a mesma: Para seguir honrando os compromissos com os bancos e os grandes empresários, os governos seguem aplicando um brutal ajuste fiscal que se materializa no arrocho salarial, nos tarifas e na retirada de direitos, cortando os investimentos nas áreas sociais e sendo os responsáveis pela completa precarização e sucateamento das escolas públicas, dos hospitais, postos de saúde e consequentemente pelo aumento da violência urbana.

O PSOL tem uma tarefa e uma oportunidade nessas eleições que é de apresentar um programa que inverta o atual modelo de como pensar e organizar a cidade que tanto as prefeituras do PT quanto as do PSDB e PMDB aplicam. É preciso romper urgentemente com as farras de concessões fiscais aos grandes empresários, aonde os municípios deixam de arrecadar bilhões em impostos que deveriam estar financiando os investimentos públicos. Não à toa que centenas de municípios não têm conseguido pagar em dia o salário dos seus servidores, sendo que parte considerável está com atraso superior a seis meses. Não há concursos públicos para contratação de médicos, enfermeiros e professores, refletindo num agravamento das condições de atendimento as necessidades básicas da população. Nos postos de saúde faltam remédios e equipamentos. As escolas públicas estão caindo aos pedaços. Os órgãos municipais têm servido para abrigar os apadrinhados do prefeito e sua base aliada, não à toa, avança a política da terceirização. Outro exemplo da lógica anti-povo de se governar é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que contingencia os gastos com os serviços públicos para que mais recursos sejam destinados ao pagamento de juros e amortizações da fraudulenta

dívida pública brasileira. Uma clara transferência de renda aos banqueiros e agiotas internacionais. Há também nas prefeituras pelo país afora, um alto grau de corrupção que penaliza a população diretamente. O dinheiro público que deveria ser investido na construção de casas populares para moradia digna, em geração de emprego e renda, no saneamento básico em especial das periferias e locais longe dos centros urbanos, em escolas e postos de saúde, foram parar nas contas mantidas na clandestinamente na Suíça e em outros paraísos fiscais por políticos ligados ao partidos tradicionais e que são responsáveis em nível nacional a aplicar o ajuste fiscal (PT, PMDB, PSDB, DEM).

Toda essa situação política de crise social e completo descaso com as condições de vida dos trabalhadores, tem levado a um aumento do nível de indignação do povo pobre, que cada vez mais demonstra estar mais disposto e consciente da necessidade de sair a lutar contra os governos que operam aplicando todo esse pacote de maldades e de austeridade. O povo pobre não quer pagar a conta dessa crise! E parte desse processo de indignação popular tem sido capitalizado pelo PSOL, seja na organização das lutas nas ruas, seja na confiança e no crescimento eleitoral que o PSOL pode ter. Estão abertas oportunidades.

Do ponto de vista eleitoral, o PSOL tem sido a expressão e alternativa de mudança em que amplos setores da sociedade depositam suas confianças. É assim especialmente com as candidaturas de Luciana Genro no Rio Grande do Sul, Marcelo Freixo no Rio de Janeiro e Edmilson Rodrigues em Belém. Nós de Luta Socialista (seção simpatizante da UIT-QI) e tendência interna do PSOL, entendemos que as candidaturas do PSOL devem e podem expressar um claro programa de combate à lógica e aos métodos burgueses de governar dos partidos do ajuste fiscal, por isso fomos parte do chamado e das bata-

lhas para que se construíssem no país inteiro a Frente de Esquerda com PSTU, PCB e uma Frente Política e Social com movimentos e sindicatos que sejam independentes dos patrões e dos governos.

Para nós, as prefeituras do PSOL devem assumir a luta contra a privatização dos serviços públicos, se somando às campanhas estaduais e nacionais em defesa das estatais, construir um plano junto aos governos estaduais de, gradativamente, avançar para a estatização de todos os transportes urbanos, sejam ônibus, metrô, trem, barcas e etc e apresentar o programa de tarifa zero para estudantes, trabalhadores, aposentados e desempregados, exigir a auditoria da dívida pública brasileira e com isso romper com a LRF, que só serve para retirar dinheiro das áreas sociais. Realizar concursos públicos, garantindo a imediata nomeação dos aprovados e destinar os recursos oriundos dos impostos para a valorização salarial dos servidores e construções de moradias populares, saneamento básico, compra de equipamentos e remédios para os hospitais e postos de saúde. Essa é a tarefa de nossas candidaturas e futuros prefeitos. Em São Paulo capital, por exemplo, uma prefeitura do PSOL com Luiza Erundina, pode cumprir um papel decisivo de em conjunto com a categoria dos trabalhadores metroviários barrar a privatização do metrô estadual, aonde o governo

de Geraldo Alckmin foi o responsável pelo acidente com mortes ao fazer escavações irregulares em solo da prefeitura para construção da linha 4, que é privada.

É hora de mudar tudo isso que está aí para garantir emprego, salário digno, saúde, educação, transportes e moradia para todos. É hora de construir um novo modelo de cidade, que coloque a vida e a dignidade do povo acima do lucro e dos interesses privados, que seja sustentável e que seus governos definam suas prioridades a partir dos conselhos populares. Por isso que nos é tão importante o debate sobre com quem vamos nos aliar eleitoralmente. Nos estranha e preocupa que Luciana Genro em Porto Alegre e Edmilson Rodrigues em Belém tenham escolhido trazer para marchar lado a lado conosco partidos estranhos à trajetória de luta do PSOL e que não tenham a mesma compreensão das tarefas que nós devemos cumprir tanto no debate do processo eleitoral quanto no governo das cidades. Não podemos repetir os erros ocorridos em Macapá (AP), prefeitura dirigida por ex militantes do PSOL como Clécio Luiz e Randolfe Rodrigues (atualmente dirigentes da Rede Sustentabilidade) que governaram contra os interesses dos trabalhadores, criminalizando greves e repetindo os métodos de colaboração de classes com setores conservadores para vencer as eleições e obviamente para governar. Temos a certeza que se as prefeituras do PSOL se apoiarem nas mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras, do povo pobre e da juventude e governarem a partir da lógica da participação popular e cumprindo estas medidas que Luta Socialista apresenta, o PSOL cumprirá e honrará a esperança depositada por milhares de pessoas e de uma nova geração de ativistas que rompem cotidianamente com a velha política e os velhos partidos que sucumbiram à lógica de se fazer política como balcão de negócios e com o falso discurso de governar para todos. É preciso ter lado e o nosso é ao lado dos oprimidos, dos explorados e dos que não aceitam mais o que é de hábito como coisa natural.



TURQUIA GOLPE E CRISES NA



Manuel Iraola

Jornalista,
Diretório PSOL/SP,
LS/UIT

A Turquia é um país de 80 milhões de habitantes e uma renda per capita similar à do Brasil. Vem sofrendo, aceleradamente, crise econômica e social nos últimos anos, e com isso o desgaste do governo e do regime político.

O fenômeno turco tem sido muito parecido às jornadas de junho de 2013 em Brasil, e quase simultâneo. Os protestos de 2013 na Turquia começaram em 28 de maio como um protesto ambiental pacífico contra a demolição do Parque Taksim e a construção de um centro comercial, em Istambul. Após a repressão da polícia os protestos antigovernamentais mobilizaram mais de 2 milhões de pessoas pelo país.

Em São Paulo, a primeira manifestação contra o aumento da tarifa dos transportes começou com 5 mil jovens que resistiram à violência policial no dia 6 de junho de 2013. Depois que 200 mil jovens e trabalhadores ocuparam a cidade, o governo derrotado aceitou a redução da tarifa no dia 20 de junho e a mobilização se entendeu em nível nacional atingindo mais de 2 milhões de pessoas.

A importância geopolítica da Turquia para o imperialismo dos Estados Unidos e da União Europeia é decisiva, basta ver no mapa que os países vizinhos são os mais conflitivos dos últimos anos: Iraque, Irã, Síria, Israel, Egito, Grécia. A Turquia faz fronteira com a Europa Ocidental e Oriental, com os países da antiga União Soviética, com o explosivo Oriente Médio e muito perto do Norte da África. Um descontrole nessa região levaria pânico aos países ricos que tem interesses em toda a região, petróleo, indústrias, tráfego de mercadorias.

É nesse cenário que se inscreve a falida tentativa de golpe de estado dos militares da Turquia em 15 de julho, que deixou um saldo de mais de 270 mortos, milhares de feridos, milhares de militares presos e de juízes destituídos. Concordamos plenamente com a declaração do nosso partido irmão, o IDP (Partido da Democracia Operária), seção da UIT-CI da Turquia: “O IDP se posiciona ferreamente contra o golpe militar. O golpe, como suposta iniciativa para restaurar a democra-

cia, os direitos humanos e a supremacia das leis triunfasse teria significado a eliminação de todos os direitos e liberdades democráticas que já estavam sendo atacadas pelo regime do Palácio do Erdogan. Não devemos nunca esquecer que os militares são uma perna fundamental do atual regime repressivo”.

Também cabe citar as declarações do companheiro: Muhittin Karkin do IDP, de 20 de julho: “Todos os golpes de estado e as tentativas de golpe de estado, por si e em si mesmos, são guerras civis em pequena escala; tem ganhadores e perdedores”.

Isto é, definindo que há um golpe de estado não temos dúvidas em que a resistência deve ser imediata e por todos os meios possíveis, e assim foi feito pelos companheiros que lá moram e pelas declarações e solidariedade de setores da esquerda mundial. Luta Socialista (LS) se pronunciou imediatamente e divulgou a declaração dos companheiros do IDP.

Mas a situação política é muito mais complexa. Para começar, porque foram poucos setores de massas que saíram espontaneamente na luta contra o golpe, por causa da desconfiança e desgaste que acumula o governo reacionário e autoritário de Erdogan e seu partido o AKP. Por outro lado o governo aproveitou o fracassado golpe para se fortalecer. A repressão foi inicialmente contra militares golpistas e o Movimento Gulen, setor de direita da religião islâmica, rico e poderoso, que tem uma rede de escolas particulares. Porém, ao decretar o



Estado de Emergência o governo iniciou um ataque às liberdades democráticas, aos direitos dos trabalhadores e contra os Curdos de esquerda. Dezenas de milhares de pessoas foram presas ou estão sob investigação, não apenas soldados e policiais, juízes, jornalistas, professores, médicos e funcionários públicos, ficando evidente que se trata de perseguição indiscriminada. Por isso, rejeitar o golpe, em nenhuma circunstância significa apoiar o governo repressivo de Erdogan.

Muhittin Karkin completa a análise: “O processo em curso é claramente um conflito de classes. Alguns sectores da burguesia apoiam o terror constitucional com a esperança de compartilhar uma parte do botim. O que falta agora é a direção da classe operária. Os trabalhadores não necessitam de frentes democráticas de carácter indefinido. Necessitam uma direção sólida, decidida e valente, que possa mobilizar as massas, que declare que uma revolução política e um governo dos trabalhadores são as únicas condições para o restabelecimento da democracia na Turquia. Os socialistas devem trabalhar sem cessar até este objetivo em vez de buscar a quem culpar pela situação

negativa atual”.

No dia 7 de agosto, Erdogan e o AKP, convocaram um ato com cerca de um milhão de pessoas, o presidente chegou de helicóptero ao lado da esposa. Cores vermelha e branca inundaram as ruas, partidários mais fieis mostravam cartazes onde se lia “Erdogan é um presente de Deus” ou “Morreríamos pelo presidente”.

Atakan Çiftçi, dirigente do IDP nos comenta que “O governo tenta criar uma visão de “unidade nacional” com os partidos opositores, contra o golpe. Mobilizou sua base partidária utilizando todo o aparato de estado. Também participaram o CHP (Partido Republicano do Povo), kemalista, de centro de esquerda, e o MHP, nacionalista de extrema direita. O IDP e demais partidos de esquerda não participaram desse ato”.

“Nós do IDP, temos participado dos atos do HDP (Partido Curdo em aliança com sectores da esquerda turca) e também em unidade de ação com o CHP. Participamos com nossas próprias bandeiras rejeitando o golpe, o estado de emergência, enfatizando a solução real que é a instauração de um governo dos trabalhadores. O ato de CHP, dos sindicatos e uma parte da esquerda, em Taksim, também foi massivo. Foi importante dialogar com a base do CHP para marcar a contradição desse partido de ter participado dos atos do governo”.

Ainda que Erdogan se fortaleça momentaneamente a situação é muito instável e explosiva. Por isso só a mobilização dos trabalhadores, tomando distância desse governo, exigindo e impondo liberdades democráticas e ao mesmo tempo lutando pelas reivindicações sociais e por um plano econômico a favor dos trabalhadores poderá resolver a crise a favor do povo explorado.

